

Organizador
Ricardo Ferracini Neto

Revisão de 1ª Fase
MP-SP
Questões objetivas
comentadas

3ª edição
revista,
atualizada e ampliada

2025

DIREITO CIVIL

Marcos Gomes da Fonseca Neto

1. (MPE-SP – Promotor de Justiça Substituto – MPE-SP/2019) No que diz respeito às fundações, é correto afirmar:

- a) Para que uma fundação seja regularmente constituída, deve ser realizado o registro do seu estatuto, mediante prévia aprovação do Ministério Público, ratificado em Assembleia com a especificação fundacional e a forma que ela será administrada.
- b) São entidades de direito privado criadas por vontade de uma pessoa natural capaz de dotar bens livres no ato da sua constituição, administradas segundo as determinações de seus fundamentos e com especificação precisa de sua finalidade.
- c) Eventual alteração do seu estatuto deve ser deliberada por três quartos dos competentes para gerir e representar a fundação mediante aprovação do Ministério Público, e tal alteração não pode contrariar ou desvirtuar seu fim.
- d) Para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina.
- e) Eventual alteração de seu estatuto deve ser deliberada em Assembleia por dois terços dos dirigentes presentes, dependendo de prévia aprovação do Ministério Público, e tal alteração não pode contrariar ou desvirtuar seu fim.

✓ **Comentários**

Alternativa “a” – errada: Art. 65 do Código Civil. Aqueles a quem o instituidor cometer a aplicação do patrimônio, em tendo ciência do encargo, formularão logo, de acordo com as suas bases (art. 62), o estatuto da fundação projetada, submetendo-o, em seguida, à **aprovação da autoridade competente**, com recurso ao juiz. Não há prévia aprovação do MP.

Alternativa “b” – errada: Art. 62 do Código Civil. Para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e **declarando, se quiser, a maneira de administrá-la**. A declaração da maneira de administrar é facultativa

Alternativas “c” e “e” – erradas: Art. 67 do Código Civil. Para que se possa alterar o estatuto da fundação é mister que a reforma: I - **seja deliberada por dois terços dos competentes para gerir e representar a fundação;**

A aprovação é por 2/3 (e não 3/4) dos competentes para gerir e administrar (não de dirigentes presentes).

Alternativa “d” – certa: literalidade do art. 62 do Código Civil.

Resposta correta: alternativa “d”.

2. (MPE-SP – Promotor de Justiça Substituto – MPE-SP/2019) Em relação à aquisição da propriedade imóvel, assinale a alternativa correta.

- Adquire-se propriedade por avulsão em decorrência de acréscimos formados, sucessiva e imperceptivelmente, por depósitos e aterros naturais ao longo das margens das correntes, ou pelo desvio das águas desta.
- Adquire a propriedade de área de terra em zona rural não superior a 50 hectares aquele que a possua como sua, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, desde que não seja proprietário de imóvel rural ou urbano.
- Aquele que, por dez anos, sem interrupção nem oposição, possuir como seu um imóvel urbano adquire-lhe a propriedade, desde que tenha boa-fé, mesmo sem justo título.
- O aumento que o rio acresce às terras de modo vagaroso recebe o nome de aluvião, e estes acréscimos pertencem aos donos dos terrenos marginais, mediante indenização.
- Adquire-se a propriedade por abandono de álveo quando houver acréscimo de terras às margens de um rio, provocado pelo desvio de águas por força natural violenta, desde que sejam indenizados os donos dos terrenos por onde as águas abrirem novo curso.

✓ **Comentários**

Alternativa “a” – errada: Art. 1.250 do Código Civil. Os acréscimos formados, sucessiva e imperceptivelmente, por depósitos e aterros naturais ao longo das margens das correntes, ou pelo desvio das águas destas, pertencem aos donos dos terrenos marginais, sem indenização.

Alternativa “b” – certa: Art. 1.239 do Código Civil. Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como sua, por 05 anos ininterruptos, sem oposição, área de terra em zona rural não superior a 50 hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.

Alternativa “c” – errada: Art. 1.238 do Código Civil. Aquele que, por 15 anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe

a propriedade, independentemente de título e boa-fé; podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para o registro no CRI. Parágrafo único. O prazo estabelecido neste artigo reduzir-se-á a 10 anos se o possuidor houver estabelecido no imóvel a sua moradia habitual, ou nele realizado obras ou serviços de caráter produtivo.

Alternativa “d” – errada: Art. 1.252 do Código Civil. O álveo abandonado de corrente pertence aos proprietários ribeirinhos das duas margens, sem que tenham indenização os donos dos terrenos por onde as águas abrirem novo curso, entendendo-se que os prédios marginais se estendem até o meio do álveo.

Alternativa “e” – errada: Art. 1.251 do Código Civil. Quando, por força natural violenta, uma porção de terra se destacar de um prédio e se juntar a outro, o dono deste adquirirá a propriedade do acréscimo, se indenizar o dono do primeiro ou, sem indenização, se, em 01 ano, ninguém houver reclamado.

Resposta correta: alternativa “b”.

3. (MPE-SP – Promotor de Justiça Substituto – MPE-SP/2019) Considere as situações a seguir.

- I. Joana Dantas é possuidora de um terreno na cidade de Nova Horizontina por quinze anos, sem interrupção nem oposição, não possuindo título nem boa-fé.
- II. Jaciara Ferreira exerce, por três anos ininterruptamente e sem oposição, posse direta, com exclusividade, sobre um apartamento de cento e cinquenta metros quadrados na cidade de Porto Feliz, o qual utiliza como sua moradia e cuja propriedade dividia com seu ex-cônjuge, Lindomar Silva, que abandonou o lar, não sendo ela proprietária de outro imóvel urbano ou rural.
- III. Jandira é possuidora de área de terra em zona rural com cem hectares, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, tornando-a produtiva pelo seu trabalho e tendo nela sua moradia, não sendo proprietária de imóvel rural ou urbano.

De acordo com o Código Civil brasileiro, em regra, o domínio integral do respectivo imóvel será adquirido apenas

- a) nas situações II e III.
- b) nas situações I e II.
- c) nas situações I e III.
- d) na situação I.
- e) na situação III.

✓ **Comentários**

Item I – correto: Usucapião extraordinário: Art. 1.238, CCB. *Aquele que, por quinze anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel,*

adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé; podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis.

Item II – correto: Usucapião familiar: Art. 1.240-A, CCB. *Aquele que exercer, por 2 (dois) anos ininterruptamente e sem oposição, posse direta, com exclusividade, sobre imóvel urbano de até 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) cuja propriedade divida com ex-cônjuge ou ex-companheiro que abandonou o lar, utilizando-o para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio integral, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.*

Item III – errado: Usucapião especial rural: Art. 191, CF. *Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.*

Resposta correta: alternativa “b”.

4. (MPE-SP – Promotor de Justiça Substituto – MPE-SP/2019) Assinale a alternativa correta no tocante à aquisição da propriedade móvel.

- a) Será admitido o usucapião de bens móveis quando a posse for de boa-fé, contínua e inconteste por cinco anos.
- b) Adquire a propriedade pela confusão aquele que, trabalhando em matéria-prima em parte alheia, obtiver espécie nova, se não se puder restituir à forma anterior.
- c) Independentemente de título e comprovada a boa-fé, se a posse da coisa móvel se prolongar por mais de cinco anos, ocorrerá o usucapião.
- d) No direito brasileiro, não é admitido o assenhoramento de coisa sem dono.
- e) Adjunção é uma forma de aquisição da propriedade móvel prevista no Código Civil.

✓ **Comentários**

Questão anulada.

Justificativa da Banca: (...) Conclusão, há duas alternativas corretas 1ª: “Adjunção é uma forma de aquisição da propriedade móvel prevista no Código Civil” e 2ª “Será admitido o usucapião de bens móveis quando a posse for de boa-fé, contínua e inconteste por cinco anos”, desta forma os recursos apresentados estão providos com a anulação da questão 31.

DOE 03/08/2019, Executivo 1, página 73/74.

Alternativa “a” – certa: Art. 1.260 do Código Civil. *Aquele que possuir coisa móvel como sua, contínua e incontestadamente durante três anos, com justo título e boa-fé, adquirir-lhe-á a propriedade.*

Alternativa “b” – errada: O conceito de confusão está no art. 1.272.

Alternativa “c” – errada: Art. 1.261 do Código Civil. Se a posse da coisa móvel se prolongar por cinco anos, produzirá usucapião, independentemente de título ou boa-fé.

Alternativa “d” – errada: Art.1.263 do Código Civil. Quem se assenhouear de coisa sem dono para logo lhe adquire a propriedade, não sendo essa ocupação defesa por lei.

Alternativa “e” – certa: Art. 1.272 do Código Civil. As coisas pertencentes a diversos donos, confundidas, misturadas ou adjuntas sem o consentimento deles, continuam a pertencer-lhes, sendo possível separá-las sem deterioração.

Resposta correta: questão anulada.

5. (MPE-SP – Promotor de Justiça Substituto – MPE-SP/2019) Roberto Nascimento faleceu sem deixar testamento nem herdeiros notoriamente conhecidos. Com relação à sua herança, é correto afirmar que

- a) praticadas as diligências de arrecadação e ultimado o inventário, serão expedidos editais na forma da lei processual, e, decorrido um ano de sua primeira publicação, sem que haja herdeiro habilitado, ou penda habilitação, será a herança declarada jacente.
- b) os credores de Roberto têm o direito de pedir o pagamento das dívidas, desde que reconhecidas judicialmente, nos limites das forças da herança.
- c) seus bens serão arrecadados, ficando sob a guarda e a administração de um curador, até a sua entrega ao sucessor devidamente habilitado ou à declaração de sua vacância.
- d) quando todos os chamados a suceder renunciarem à herança, será esta desde logo declarada jacente.
- e) a declaração de vacância da herança não prejudicará os herdeiros que legalmente se habilitarem; mas, decorridos cinco anos da abertura da sucessão, os bens arrecadados passarão ao domínio do Município ou do Distrito Federal, se localizados nas respectivas circunscrições, incorporando-se ao domínio da União quando situados em território federal. Não se habilitando até a declaração de jacência, os colaterais ficarão excluídos da sucessão.

✓ **Comentários**

Alternativa “a” – errada: Art. 1.820 do Código Civil. Praticadas as diligências de arrecadação e ultimado o inventário, serão expedidos editais na forma da lei processual, e, decorrido um ano de sua primeira publicação, sem que haja herdeiro habilitado, ou penda habilitação, será a herança declarada vacante.

Alternativa “b” – errada: Art. 1.821. É assegurado aos credores o direito de pedir o pagamento das dívidas reconhecidas, nos limites das forças da herança. OBS.: Não há exigência de reconhecimento judicial.

Alternativa “c” – certo: Art. 1.819 do Código Civil. Falecendo alguém sem deixar testamento nem herdeiro legítimo notoriamente conhecido, os bens da herança, depois de arrecadados, ficarão sob a guarda e administração de um curador, até a sua entrega ao sucessor devidamente habilitado ou à declaração de sua vacância.

Alternativa “d” – errada: Art. 1.823 do Código Civil. Quando todos os chamados a suceder renunciarem à herança, será esta desde logo declarada vacante.

Alternativa “e” – errada: Art. 1.822 do Código Civil. A declaração de vacância da herança não prejudicará os herdeiros que legalmente se habilitarem; mas, decorridos cinco anos da abertura da sucessão, os bens arrecadados passarão ao domínio do Município ou do Distrito Federal, se localizados nas respectivas circunscrições, incorporando-se ao domínio da União quando situados em território federal. Parágrafo único. Não se habilitando até a declaração de vacância, os colaterais ficarão excluídos da sucessão.

Resposta correta: alternativa “c”.

6. (MPE-SP – Promotor de Justiça Substituto – MPE-SP/2019) Gabriel Vieira, Paulo Martins, Carlos Andrade e Marcelo Pereira emprestaram de Jorge Manuel a quantia de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) para a compra de um carro esportivo. As partes estabeleceram que o referido valor seria dividido em quatro parcelas iguais e sucessivas bem como que todos os devedores ficariam obrigados pelo valor integral da dívida. Diante dessa situação, assinale a alternativa correta.

- a) O pagamento parcial feito por Carlos e a remissão dele obtida pelo credor Jorge Manuel não aproveitam aos outros devedores, senão até a concorrência da quantia paga ou relevada.
- b) Se houver atraso injustificado no cumprimento da obrigação por culpa de Paulo, somente este responderá perante Jorge Manuel pelos juros da mora decorrentes do atraso.
- c) Se Gabriel falecer deixando herdeiros, o credor Jorge Manuel poderá cobrar de qualquer um dos herdeiros a integralidade da dívida.
- d) A propositura de ação pelo credor Jorge Manuel contra Paulo e Carlos importará na renúncia da solidariedade em relação a Gabriel e Marcelo.
- e) Sendo Paulo demandado judicialmente pelo total da dívida, pode ele opor ao credor Jorge Manuel as exceções que lhe forem pessoais, as comuns a todos, além das exceções pessoais dos demais codevedores, por se tratar de obrigação solidária.

✓ **Comentários**

Alternativa “a” – certa: Art. 277 do Código Civil. O pagamento parcial feito por um dos devedores e a remissão por ele obtida não aproveitam aos outros devedores, senão até à concorrência da quantia paga ou relevada.

Alternativa “b” – errada: Art. 280 do Código Civil. Todos os devedores respondem pelos juros da mora, ainda que a ação tenha sido proposta somente contra um; mas o culpado responde aos outros pela obrigação acrescida.

Alternativa “a” – errada: Art. 276 do Código Civil. Se um dos devedores solidários falecer deixando herdeiros, nenhum destes será obrigado a pagar senão a quota que corresponder ao seu quinhão hereditário, salvo se a obrigação for indivisível; mas todos reunidos serão considerados como um devedor solidário em relação aos demais devedores.

Alternativa “d” – errada: Art. 275 do Código Civil. Parágrafo único. Não importará renúncia da solidariedade a propositura de ação pelo credor contra um ou alguns dos devedores.

Alternativa “e” – errada: Art. 281 do Código Civil. O devedor demandado pode opor ao credor as exceções que lhe forem pessoais e as comuns a todos; não lhe aproveitando as exceções pessoais a outro codevedor.

Resposta correta: alternativa “a”.

7. (MPE-SP – Promotor de Justiça Substituto – MPE-SP/2019) Considere as afirmações a seguir.

- I. Os direitos da personalidade são extrapatrimoniais, imprescritíveis e vitaisícios.
- II. Comoriência é o estudo de como funciona a Ciência do Direito.
- III. Os direitos da personalidade são absolutos porque não podem sofrer nenhum tipo de limitação.
- IV. A incapacidade relativa pode ser suprida com mera assistência, desde que haja autorização judicial, dispensando a representação.

Dessas afirmações,

- a) três são corretas.
- b) duas são corretas.
- c) todas são corretas.
- d) apenas uma é correta.
- e) nenhuma é correta.

☑ **Comentários**

Item I – certo: Art. 11 do Código Civil. Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.

Item II – errado: Art. 8º do Código Civil. Se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, presumir-se-ão simultaneamente mortos.

Item III – errado: Art. 11. Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.

Item IV – errado: A assistência dispensa de autorização judicial, uma vez que o assistido é maior de 16 anos e menor de 18 anos.

Resposta correta: alternativa “d”.

8. (MPE-SP – Promotor de Justiça Substituto – MPE-SP/2019) Os descendentes que concorrerem à sucessão do ascendente comum são obrigados, para igualar as legítimas, a conferir o valor das doações que dele em vida receberam. Esse conceito corresponde ao instituto da

- a) colação.
- b) sonegação.
- c) conferência.
- d) colmatação.
- e) substituição.

Comentários

Alternativa “a” – certa: Art. 2.002 do Código Civil. Os descendentes que concorrerem à sucessão do ascendente comum são obrigados, para igualar as legítimas, a conferir o valor das doações que dele em vida receberam, sob pena de sonegação. Parágrafo único. Para cálculo da legítima, o valor dos bens conferidos será computado na parte indisponível, sem aumentar a disponível.

Alternativa “b” – errada: Art.1.992 do Código Civil. O herdeiro que sonegar bens da herança, não os descrevendo no inventário quando estejam em seu poder, ou, com o seu conhecimento, no de outrem, ou que os omitir na colação, a que os deva levar, ou que deixar de restituí-los, perderá o direito que sobre eles lhe cabia.

Alternativa “c” – errada: Conferência é o ato ou efeito de conferir (significado tirado do dicionário). Nada relacionado ao enunciado da questão.

Alternativa “d” – errada: Art. 4ª da LINDB. Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito. (Colmatação é o preenchimento de lacuna)

Alternativa “e” – errada: Substituição é a colocação de pessoa no lugar de outra (significado tirado do dicionário). Nada relacionado ao enunciado da questão.

Resposta correta: alternativa “a”.

9. (MPE-SP – Promotor de Justiça Substituto – MPE-SP/2017) Sobre a propriedade em geral, é correto afirmar que

- a) o Município não poderá abandonar a coisa em favor de quem a achou, mesmo se diminuto o seu valor.
- b) o descobridor da coisa responde pelos prejuízos causados ao proprietário ou possuidor legítimo, quando tiver procedido com culpa.
- c) o proprietário do solo tem o direito de explorar os recursos minerais de emprego imediato na transformação industrial.
- d) a propriedade das coisas móveis transfere-se pelos negócios jurídicos praticados antes da tradição.
- e) o direito de propriedade abrange o solo, os cursos d'água, os cursos d'água particulares, o espaço aéreo e o subsolo em altura e profundidade úteis ao seu exercício.

✓ **Comentários**

Questão anulada.

Justificativa da Banca: A expressão “cursos d'água” utilizada de forma generalizada na assertiva considerada correta, acabou gerando dúvidas e controvérsias. Assim, os recursos interpostos são providos com a anulação da questão número 36 e atribuição da pontuação a todos os candidatos.

DOE 03/08/2019, Executivo 1, página 74.

Não há alternativa correta.

A alternativa “A” está incorreta, conforme o disposto no art. 1.237, parágrafo único do Código Civil.

A alternativa “B” está incorreta, conforme o disposto no art. 1.235 do Código Civil

A alternativa “C” está incorreta, nos termos do art. 1.230, parágrafo único, do Código Civil.

A alternativa “D” está incorreta, nos termos do art. 1.267 do Código Civil.

A alternativa “E” está incorreta conforme justificativa da Banca ao anular a questão. O Art. 1.229 do Código Civil está relacionado a questão.

Resposta correta: questão anulada.

10. (MPE-SP – Promotor de Justiça Substituto – MPE-SP/2019) Assinale a alternativa correta.

- a) Aceita a herança, torna-se definitiva a sua transmissão ao herdeiro, desde a abertura da sucessão, sendo que a transmissão tem-se por não verificada quando o herdeiro renuncia à herança ou se retrata da aceitação antes da partilha.
- b) Aberta a sucessão e se ainda não estiver concebido o herdeiro esperado, os bens reservados em testamento, salvo disposição em contrário do testador, caberão aos herdeiros legítimos.

- c) O herdeiro pode, em ação de petição de herança, demandar o reconhecimento de seu direito sucessório, para obter a restituição da herança, ou de parte dela, contra quem, na qualidade de herdeiro, ou mesmo sem título, a possua.
- d) A responsabilidade do possuidor da herança afere-se pelas regras concernentes à posse de má-fé e a mora, no momento em que o ato foi praticado.
- e) Não são eficazes as alienações feitas, ainda que a título oneroso, pelo herdeiro aparente a terceiro de boa-fé.

✓ **Comentários**

Alternativa “a” – errada: Art. 1.812 do Código Civil. Os atos de aceitação e renúncia são irrevogáveis

Alternativa “b” – errada: Art. 1.800, § 4º, do Código Civil. Se, decorridos dois anos após a abertura da sucessão, não for concebido o herdeiro esperado, os bens reservados, salvo disposição em contrário do testador, caberão aos herdeiros legítimos.

Alternativa “c” – certa: Art. 1.824 do Código Civil.

Alternativa “d” – errada: Art. 1.826, parágrafo único, do Código Civil.

Alternativa “e” – errada: Art. 1.827, parágrafo único, do Código Civil.

Resposta correta: alternativa “c”.

11. (MPE-SP – Promotor de Justiça Substituto – MPE-SP/2017) Com relação à capacidade para o exercício da tutela, a legislação civil brasileira estabelece que não poderão ser tutoras, ou serão da tutela exoneradas, algumas pessoas que estejam ou que venham a estar em determinadas situações consideradas impeditivas para o exercício de tal atribuição. Para qual grupo de pessoas a seguir haveria a possibilidade de exercício de tutela?

- a) Pessoas que não sejam probas.
- b) Pessoas exercendo função pública incompatível com a administração da tutela.
- c) Pessoas que não tenham a livre administração de seus bens.
- d) Pessoas sob investigação em inquérito policial.
- e) Pessoas que estejam constituídas em obrigação para com o menor.

✓ **Comentários**

A situação descrita na alternativa não está vedada pelo art. 1.735 do Código Civil, motivo pelo qual é a que deveria ser assinalada como correta. Vale destacar que o inciso IV do art. 1.735 do Código Civil traz vedação para quem for condenado por determinados crimes lá estabelecidos, tenha ou não cumprido pena, porém é silente quanto aos investigados em inquérito policial, e por isso não há vedação legal para o exercício da tutela.

As demais alternativas encontram vedação expressa nos incisos do art. 1.735 do Código Civil, vejamos a redação do dispositivo legal com a indicação das alternativas.

Art. 1.735. Não podem ser tutores e serão exonerados da tutela, caso a exerçam: **I – aqueles que não tiverem a livre administração de seus bens**; [alternativa C] **II – aqueles que, no momento de lhes ser deferida a tutela, se acharem constituídos em obrigação para com o menor** [alternativa E], ou tiverem que fazer valer direitos contra este, e aqueles cujos pais, filhos ou cônjuges tiverem demanda contra o menor; **III – os inimigos do menor, ou de seus pais, ou que tiverem sido por estes expressamente excluídos da tutela**; **IV – os condenados por crime de furto, roubo, estelionato, falsidade, contra a família ou os costumes, tenham ou não cumprido pena**; **V – as pessoas de mau procedimento, ou falhas em probidade** [alternativa A], e as culpadas de abuso em tutorias anteriores; **VI – aqueles que exercerem função pública incompatível com a boa administração da tutela** [alternativa B].

Resposta correta: alternativa “d”.

12. (MPE-SP – Promotor de Justiça Substituto – MPE-SP/2017) Empresária paulista e seu marido, inconformados com o feminicídio de sua filha, assassinada meses antes por um estudante de medicina que fora seu namorado, decidem criar imediatamente uma fundação em memória de sua querida filha morta, que se dedicará a ações diversas em prol do empoderamento das mulheres brasileiras, de maior respeito à condição feminina, da diminuição do índice de feminicídios e de outras inúmeras formas de violência contra as mulheres do Brasil, haja vista que o país ocupa a quinta posição no ranking mundial dos países em que mais mulheres são assassinadas por conta de sua condição feminina e tendo em vista que o país também está entre os países com os índices mais elevados de estupro e outras diversas formas de violência contra a mulher. Assim sendo, os pais da jovem, vítima de feminicídio, deverão observar alguns requisitos mínimos legais obrigatórios para que a fundação possa ser devidamente criada. Assinale a alternativa que os indica corretamente.

- a) Registro de estatuto, que tenha sido previamente aprovado pelo Ministério Público, na sequência ratificado em assembleia, com a especificação da finalidade fundacional e a indicação da maneira como deverá a entidade ser administrada.
- b) Registro do estatuto da fundação, que tenha sido previamente aprovado em assembleia, contendo a indicação do sistema de administração da entidade, bem como a especificação da finalidade fundacional e a transferência patrimonial, quando cabível.
- c) Lavratura de escritura pública relativa ao conteúdo do estatuto, com especificação das regras relativas ao funcionamento da entidade e da sua administração, bem como dos poderes dos gestores e a indicação

de eventuais fontes de financiamento e relação de patrocinadores para subsequente aprovação pelo Ministério Público.

- d) Lavratura de escritura pública para dotação especial de bens livres e suficientes para a constituição da fundação e do desenvolvimento de suas atividades, com a especificação do fim ao qual a fundação se destina. Na sequência, os instituidores farão a transferência da propriedade ou outro direito real sobre os bens dotados.
- e) Registro de estatuto, que tenha sido previamente aprovado em Assembleia e pelo Ministério Público e que contenha indicação de dirigentes, das finalidades fundacionais, para posterior lavratura de escritura pública para dotação especial de bens móveis e imóveis que estejam livres e sejam suficientes para a constituição da entidade.

✓ **Comentários**

Alternativas “a”, “b” e “e”: Coloca como primeiro ato para a criação de uma fundação o registro do estatuto, sendo que, nos termos do art. 62, *caput*, do Código Civil, a primeira etapa é a lavratura de escritura pública ou a instituição, por testamento, de dotação especial de bens livres.

Alternativa “c”: Condiciona a lavratura da escritura pública à prévia elaboração do estatuto, quando, em verdade, primeiro se constitui a fundação por meio de escritura pública ou testamento, e posteriormente é elaborado o estatuto.

Alternativa “d”: As etapas para a constituição de uma fundação são: 1) dotação especial de bens livres, por escritura pública ou testamento, especificando o fim a que se destina (art. 62, CC); 2) transferência da propriedade ou outro direito real sobre os bens dotados (art. 64, CC); 3) elaboração do estatuto (art. 65, CC), com submissão a aprovação pelo Ministério Público (art. 65, CC e art. 764, CPC), e 4) registro do estatuto (art. 45, CC e art. 119 da Lei 6.015/73). Com isso, a alternativa, apesar de não ter estabelecido todas as fases de constituição de uma fundação, foi a única a prever corretamente as duas etapas iniciais, nos termos dos artigos 62, *caput*, e 64, ambos do Código Civil.

Resposta correta: alternativa “d”.

13. (MPE-SP – Promotor de Justiça Substituto – MPE-SP/2017) Maria Junqueira falece. Ela era brasileira e casada com João Melo, que após o casamento decidira adotar o sobrenome da esposa e passou a se chamar João Melo Junqueira. Maria e João eram casados sob o regime de separação de bens. Viviam felizes e residiam na Rua das Flores, 1582, no centro da cidade de Horizonte Lindo, Estado de São Paulo. O casal possuía três filhos e quatro imóveis, além daquele imóvel da Rua das Flores, em que habitavam quando do momento do falecimento de Maria. O viúvo pretende continuar morando no mesmo imóvel. Assim sendo, assiste ao

cônjuge sobrevivente, com relação ao imóvel de residência do casal, na Rua das Flores, o direito

- a) pessoal de usufruto em vida, relativamente ao imóvel destinado à residência da família.
- b) de usar, gozar e usufruir do bem até o final do inventário e partilha, bem como de perceber os frutos dele decorrentes durante esse período.
- c) real de habitação, relativamente ao imóvel destinado à residência da família.
- d) pessoal de alugar esse imóvel, bem como de perceber os seus frutos, caso deixe de ter interesse na permanência no imóvel.
- e) de preferência quanto à locação desse bem, quando da realização da partilha.

☑ **Comentários**

Alternativa “a”: Estabelece o usufruto como direito pessoal, quando, nos termos do art. 1.225, inciso IV, do Código Civil, o usufruto é direito real.

Alternativa “b”: Limita o direito de usar, gozar e usufruir do bem até o final do inventário e partilha, quando a doutrina e jurisprudência são pacíficas em estabelecer que o direito real de habitação é vitalício, subsistindo até o falecimento do cônjuge supérstite.

Alternativa “c”: Apesar de o art. 1.831 do Código Civil estabelecer, em sua parte final, que o imóvel deve ser o único daquela natureza a inventariar, a interpretação correta do dispositivo é no sentido de que deve ser o único imóvel destinado à residência da família, o que ficou claro na redação da questão. Assim, João possui direito real de habitação com relação ao imóvel destinado à residência da família.

Art. 1.831. Ao cônjuge sobrevivente, qualquer que seja o regime de bens, será assegurado, sem prejuízo da participação que lhe caiba na herança, o direito real de habitação relativamente ao imóvel destinado à residência da família, desde que seja o único daquela natureza a inventariar.

Alternativa “d”: O cônjuge supérstite tem o direito real de habitação, ou seja, de morar no imóvel que era destinado à residência da família, e não o direito de alugar esse imóvel caso não tenha interesse em lá continuar residindo.

Alternativa “e”: Não há previsão legal que estabeleça ao cônjuge direito de preferência de locação do imóvel que era destinado à residência da família, quando da partilha dos bens.

Resposta correta: alternativa “c”.

14. (MPE-SP – Promotor de Justiça Substituto – MPE-SP/2017) Assinale a alternativa que indica corretamente uma disposição legalmente fixada para os negócios jurídicos.

- a) Nas declarações de vontade, é imperativa a observância do sentido literal da linguagem utilizada, sendo subsidiária a intenção da parte.
- b) A validade da declaração de vontade não depende de forma especial, senão quando houver expressa exigência legal nesse sentido.
- c) A incapacidade relativa de uma das partes pode ser invocada pela parte interessada apenas quando for em benefício próprio.
- d) A impossibilidade inicial do objeto do negócio leva sempre à invalidade.
- e) A escritura pública não é essencial para a validade de nenhum negócio jurídico, bastando às partes a existência de instrumento particular.

✓ **Comentários**

Alternativa “a”: Em desacordo com o previsto no art. 112 do Código Civil, uma vez que a intenção da declaração da vontade das partes deve ser priorizada, e não o sentido literal da linguagem (“Art. 112. Nas declarações de vontade se atenderá mais à intenção nelas consubstanciada do que ao sentido literal da linguagem.”).

Alternativa “b”: Redação do art. 107 do Código Civil (“Art. 107. A validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir.”).

Alternativa “c”: Em desacordo com o previsto no art. 105 do Código Civil, uma vez que a incapacidade relativa não pode ser invocada em benefício próprio.

Art. 105. A incapacidade relativa de uma das partes não pode ser invocada pela outra em benefício próprio, nem aproveita aos cointeressados capazes, salvo se, neste caso, for indivisível o objeto do direito ou da obrigação comum.

Alternativa “d”: Em desacordo com o previsto no art. 106 do Código Civil, uma vez que a impossibilidade inicial do objeto não invalida o negócio jurídico (“Art. 106. A impossibilidade inicial do objeto não invalida o negócio jurídico se for relativa, ou se cessar antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado.”).

Alternativa “e”: Em desacordo com o previsto no art. 108 do Código Civil, uma vez que a regra do ordenamento é a exigência de escritura pública.

Art. 108. Não dispondo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a trinta vezes o maior salário mínimo vigente no País.

Resposta correta: alternativa “b”.

15. (MPE-SP – Promotor de Justiça Substituto – MPE-SP/2017) A legislação brasileira, quanto ao regime de comunhão universal entre cônjuges, determina que são

- a) incluídos na comunhão universal as dívidas anteriores ao casamento, salvo se provierem de despesas com seus aprestos ou reverterem em proveito comum.
- b) incluídos na comunhão universal os proventos do trabalho pessoal de cada cônjuge, percebidos na constância do casamento.
- c) excluídos da comunhão universal todos os bens anteriores ao casamento, pois apenas os bens que forem adquiridos a partir da celebração do casamento se comunicam integralmente.
- d) excluídos da comunhão universal joias pessoais e prêmios personalíssimos havidos ou recebidos por um dos cônjuges antes ou durante o casamento.
- e) excluídos da comunhão universal os bens doados ou herdados com a cláusula de incomunicabilidade e os sub-rogados em seu lugar.

☑ **Comentários**

Alternativa “a”: Em desacordo com o previsto no art. 1.668, inciso III, do Código Civil, uma vez que a hipótese descrita na alternativa é situação de exclusão de bens no regime da comunhão universal (“Art. 1.668. São excluídos da comunhão: III – as dívidas anteriores ao casamento, salvo se provierem de despesas com seus aprestos, ou reverterem em proveito comum;”).

Alternativa “b”: Em desacordo com o previsto no art. 1.668, inciso V, e art. 1.659, inciso VI, ambos do Código Civil, uma vez que a hipótese descrita na alternativa é situação de exclusão de bens no regime da comunhão universal (“Art. 1.668. São excluídos da comunhão: V – Os bens referidos nos incisos V a VII do art. 1.659”. “Art. 1.659. Excluem-se da comunhão: VI – os proventos do trabalho pessoal de cada cônjuge;”).

Alternativa “c”: Em desacordo com o previsto no art. 1.667 do Código Civil, uma vez que a hipótese descrita na alternativa é situação de inclusão de bens no regime da comunhão universal, pois não há sua exclusão expressa no art. 1.668, CC (“Art. 1.667. O regime de comunhão universal importa a comunicação de todos os bens presentes e futuros dos cônjuges e suas dívidas passivas, com as exceções do artigo seguinte.”).

Alternativa “d”: Em desacordo com o previsto no art. 1.667 do Código Civil, uma vez que a hipótese descrita na alternativa é situação de inclusão de bens no regime da comunhão universal, pois não há sua exclusão expressa no art. 1.668, CC (“Art. 1.667. O regime de comunhão universal importa a comunicação de todos os bens presentes e futuros dos cônjuges e suas dívidas passivas, com as exceções do artigo seguinte.”).

Alternativa “e”: De acordo com o previsto no art. 1.668, inciso I, do Código Civil (“Art. 1.668. São excluídos da comunhão: I – os bens doados ou herdados com a cláusula de incomunicabilidade e os sub-rogados em seu lugar;”).

Resposta correta: alternativa “e”.

16. (MPE-SP – Promotor de Justiça Substituto – MPE-SP/2017) Helena é engenheira, maior, solteira e especialista em programação, e, por conta de suas habilidades técnicas, acaba desenvolvendo avançado aplicativo para aparelhos celulares que permite que mulheres ativem redes de contatos pessoais, e, inclusive, a polícia militar e a polícia civil, caso se encontrem em situação de grave ameaça por conta de qualquer tipo de violência que estejam sofrendo ou em vias de sofrer. No entanto, para que ela possa lançar o aplicativo no mercado de forma adequada, ela precisa de capital, e, portanto, precisa obter acesso à linha de financiamento perante alguma instituição bancária ou fundo investidor, credores esses que, no entanto, lhe exigirão algum tipo de garantia. Helena tem mãe viva, mas está hospitalizada em estado grave. Também tem duas irmãs.

Assinale a alternativa que traz uma garantia válida, que poderá ser ofertada e utilizada rapidamente por Helena perante uma instituição bancária ou um fundo investidor.

- a) Uma nova hipoteca sobre um imóvel de sua exclusiva propriedade e que já está hipotecado ao banco, para garantir empréstimo anteriormente tomado para custear a faculdade de Helena e de seu mestrado no exterior.
- b) A herança que Helena receberá de sua mãe, que está internada na UTI, em coma e em estado grave.
- c) A hipoteca integral de um imóvel do qual é uma das proprietárias, juntamente com suas duas outras irmãs, as quais, no entanto, não concordam com esse oferecimento.
- d) O penhor sobre as valiosas joias de sua mãe, as quais não estão sendo usadas, haja vista que ela se encontra internada no hospital, em coma e em estado grave.
- e) O penhor sobre o quadro de Pablo Picasso, exposto no MASP, que era de seu falecido pai e que foi herdado por Helena e suas duas irmãs.

☑ **Comentários**

Alternativa “a”: Nos termos do art. 1.476 do Código Civil, é possível a constituição de nova hipoteca, sendo a hipótese descrita na alternativa a garantia válida para a utilização (“Art. 1.476. O dono do imóvel hipotecado pode constituir outra hipoteca sobre ele, mediante novo título, em favor do mesmo ou de outro credor.”).